





**FEMINISMO**  
PARA OS **99%**  
UM MANIFESTO



CINZIA ARRUZZA  
TITHI BHATTACHARYA  
NANCY FRASER

**FEMINISMO**  
PARA OS **99%**  
UM MANIFESTO

Tradução  
Heci Regina Candiani



© 2019, Boitempo (desta edição)  
© 2019, Gius. Laterza & Figli  
Todos os direitos reservados  
Título original: *Feminism for the 99 Percent: a Manifesto*

*Direção geral* Ivana Jinkings  
*Edição* Isabella Marcatti  
*Tradução* Heci Regina Candiani  
*Preparação* Thais Rimkus  
*Revisão* Carmen T. S. Costa  
*Coordenação de produção* Livia Campos  
*Capa* Hallina Beltrão  
*Diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio:* Ana Carolina Meira, Ana Yumi Kajiki, André Albert, Artur Renzo, Bibiana Leme, Camila Nakazone, Clarissa Bongiovanni, Eduardo Marques, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Ivam Oliveira, Kim Doria, Luciana Capelli, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Renato Soares, Talita Lima, Tulio Candiotto

A Boitempo agradece a Nathalie Bressiani, Yara Frateschi, Agnese Gualdrini, Paula Marian, Talíria Petrone, Muriel Saragoussi, Rogério Sottili e Joênia Wapichana, que colaboraram para a realização desta edição.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A821f

Arruzza, Cinzia, 1976-  
Feminismo para os 99% : um manifesto / Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya,  
Nancy Fraser ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.  
128 p. ; 23 cm.

Tradução de: *Feminism for the 99% : a manifesto*  
"Prefácio à edição brasileira de Talíria Petrone"  
ISBN 978-85-7559-680-7

1. Feminismo. 2. Mulheres - História. 3. Mulheres - Condições sociais. história.  
I. Bhattacharya, Tithi. II. Fraser, Nancy. III. Candiani, Heci Regina. IV. Título.

19-55008

CDD: 305.42

CDU: 141.72

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2019; 1ª reimpressão: julho de 2019  
2ª reimpressão: outubro de 2019; 3ª reimpressão: fevereiro de 2020  
4ª reimpressão: março de 2021; 5ª reimpressão: janeiro de 2022  
6ª reimpressão: agosto de 2023

BOITEMPO  
Jinkings Editores Associados Ltda.  
Rua Pereira Leite, 373  
05442-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285  
editor@boitempoeditorial.com.br  
boitempoeditorial.com.br | blogdaboitempo.com.br  
facebook.com/boitempo | twitter.com/editoraboitempo  
youtube.com/tvboitempo | instagram.com/boitempo

Para o coletivo Combahee River, que anteviu o percurso desde cedo, e para as grevistas feministas polonesas e argentinas, que estão abrindo novos caminhos hoje.





## Sumário

Prefácio à edição brasileira, <i>Talíria Petrone</i> .....	11
Encruzilhada .....	25
Tese 1: Uma nova onda feminista está reinventando a greve. ....	31
Tese 2: O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo. ....	37
Tese 3: Precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99%. ....	41
Tese 4: Vivemos uma crise da sociedade como um todo – e sua causa originária é o capitalismo. ....	45
Tese 5: A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro. Queremos subverter as coisas na direção certa. ....	51

Tese 6: A violência de gênero assume muitas formas, sempre enredadas nas relações sociais capitalistas. Prometemos combater todas elas. ....	57
Tese 7: O capitalismo tenta regular a sexualidade. Nós queremos libertá-la. ....	67
Tese 8: O capitalismo nasceu da violência racista e colonial. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista. ....	75
Tese 9: Lutando para reverter a destruição da Terra pelo capital, o feminismo para os 99% é ecossocialista. ....	83
Tese 10: O capitalismo é incompatível com a verdadeira democracia e a paz. Nossa resposta é o internacionalismo feminista. ....	87
Tese 11: O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos radicais a se unir em uma insurgência anticapitalista comum. ....	93
Posfácio .....	97
Começando pelo meio .....	97
Conceituando novamente o capitalismo e suas crises ..	101
O que é reprodução social? .....	105
Crise da reprodução social .....	111
A política do feminismo para os 99% .....	118
 Sobre as autoras.....	 125

## Tese 8: O capitalismo nasceu da violência racista e colonial. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista.

Hoje, como em momentos anteriores de aguda crise capitalista, “raça” se tornou uma questão candente, inflamada e intensamente contestada. Encorajado por demagogos que se pretendem defensores da causa das maiorias ofendidas, certo populismo de direita agressivamente etnonacionalista já não se limita a “meras” alusões, profere a plenos pulmões brados da supremacia europeia e branca. Governos de centro covardes se unem a seus congêneres abertamente racistas para bloquear a entrada de imigrantes e refugiados, apoderando-se de suas crianças e separando famílias, confinando-as em campos ou deixando que se afoguem no mar. Enquanto isso, a polícia do Brasil, dos Estados Unidos e de outros lugares continua a assassinar impunemente pessoas de grupos étnicos minoritários, enquanto os tribunais as enjaulam por períodos prolongados em prisões superlotadas e, no caso dos Estados Unidos, lucrativas.

Muitas pessoas ficam escandalizadas com esses desdobramentos, e algumas tentaram resistir. Ativistas da Alemanha, do Brasil, dos Estados Unidos e de outros lugares protestaram em massa contra a violência policial racista e as manifestações de defensores da supremacia branca. Algumas pessoas estão lutando para dar um novo significado ao termo “abolição”, exigindo o fim do encarceramento e da eliminação da ICE, agência do governo dos Estados Unidos responsável por fazer cumprir as restrições à imigração no país. Outras pessoas escolhem brincar com fogo: são os partidos de correntes de esquerda da Europa que sugerem “cooptar” a direita opondo-se eles mesmos à imigração.

Nessa situação, as feministas, como todas as outras pessoas, devem assumir um lado. Entretanto, o histórico feminista ao tratar da raça tem sido, na melhor das hipóteses, ambivalente. As influentes sufragistas brancas fizeram reclamações explicitamente racistas depois da Guerra Civil dos Estados Unidos, quando os homens negros obtiveram o direito ao voto e elas não. No mesmo período, e por boa parte do século XX, importantes feministas britânicas defenderam o governo colonial na Índia em áreas “de civilizações” racialmente codificadas como necessário para “erguer as mulheres pardas de sua condição simplória”. Mesmo hoje, feministas proeminentes de países europeus justificam políticas contra pessoas muçulmanas em termos semelhantes.

O histórico entrelaçamento do feminismo com o racismo também assumiu formas “mais sutis”. Mesmo onde não eram explicitamente racistas, as feministas liberais e radicais, sem distinção, definiram o “sexismo” e as “questões de gênero” de um modo que universaliza de forma enganosa a situação de mulheres brancas, de classe média. Extraíndo o gênero da raça (e da classe), elas priorizaram a necessidade das “mulheres” de escapar da vida doméstica e “sair para trabalhar” – como se todas nós fôssemos donas de casa de bairros abastados! Seguindo a mesma lógica, feministas brancas de destaque nos Estados Unidos insistiram que as mulheres negras só poderiam ser verdadeiramente feministas se priorizassem e imaginassem uma sororidade pós e não racial acima da solidariedade antirracista com os homens negros. É apenas graças a décadas de resistência firme de feministas de grupos étnicos minoritários que as visões são cada vez mais percebidas por aquilo que são e acabam sendo rejeitadas por números crescentes de feministas de todas as cores de pele.

As feministas para os 99% reconhecem abertamente essa vergonhosa história e estão determinadas a romper com ela. Compreendemos que *nada que mereça o nome de “liberação das mulheres” pode ser alcançado em uma sociedade racista, imperialista*. Ao mesmo tempo, compreendemos que a raiz do problema é o capitalismo, do qual o racismo e o imperialismo são parte integrante. Esse sistema social que se orgulha

do “trabalho livre” e do “contrato salarial” só pôde ter início devido à violenta pilhagem colonial e à “caça comercial de peles negras” na África, seu recrutamento forçado para a escravidão no “Novo Mundo” e a expropriação de povos indígenas. Longe de ser interrompida quando o capitalismo decolou, a expropriação baseada na raça de povos privados de liberdade ou dependentes serviu, desde então, como condição oculta para possibilitar a exploração lucrativa do “trabalho livre”. A distinção entre “trabalhadores e trabalhadoras” explorados e os demais, dependentes e expropriados, assumiu diversas formas ao longo de toda a história do capitalismo – escravidão, colonialismo, *apartheid* e divisão internacional do trabalho – e foi indistinta algumas vezes. Em cada fase, até o presente e incluindo-o, a expropriação de pessoas racializadas permitiu ao capital aumentar seus lucros por meio do confisco de recursos naturais e capacidades humanas por cuja renovação e reprodução ele nada paga. Por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos a expropriação. *Um feminismo que é verdadeiramente antirracista e anti-imperialista também deve ser anticapitalista.*

Essa proposição é agora, quando a expropriação racializada avança potencializada. Ampliando a desapropriação por meio de dívidas, o capitalismo neoliberal de hoje promove a opressão racial em todo o mundo. No Sul global “pós-colonial”, o

sequestro corporativo de terras movido a dívidas conduz massas de povos indígenas e tribais para fora de suas áreas – e, em alguns casos, ao suicídio. Ao mesmo tempo, a “reestruturação” da dívida pública lança a taxa de juros em relação ao PIB às alturas, forçando Estados supostamente autônomos a cortar gastos sociais e condenando futuras gerações de trabalhadores e trabalhadoras do Sul a dedicar uma parcela sempre maior de seu trabalho ao reembolso dos credores globais. Dessas formas, a expropriação racializada continua e se entrelaça a um aumento da exploração estimulado pela transferência de grande parte da produção para o Sul global.

Também no Norte global essa opressão continua visível. Enquanto o trabalho na área de serviços, mal remunerado e precário, substitui o trabalho industrial sindicalizado, os salários caem abaixo no mínimo necessário para se levar uma vida decente, especialmente em empregos nos quais predominam trabalhadores e trabalhadoras racializados. Essas pessoas não são apenas forçadas a ter vários empregos e tomar emprestados recursos comprometendo salários futuros a fim de sobreviver. Elas também são alvo de créditos consignados e de risco, extremamente expropriadores. O salário social também está em queda, à medida que os serviços que costumavam ser fornecidos pelo Estado são deixados a cargo de famílias e comunidades – em outras palavras, sobretudo das mulheres imigrantes e de minorias. Da mesma forma, a arrecadação fiscal antes destinada

à infraestrutura pública é desviada para o serviço da dívida, com impactos especialmente desastrosos para as comunidades de minorias étnicas – segregadas em termos geográficos e por muito tempo privadas de recursos públicos para escolas e hospitais, habitação e transporte, fornecimento de ar e água despoluídos. Em todos os níveis e em todas as regiões, o capitalismo financeiro gera novas ondas de expropriação racializada.

Os efeitos desse esquema em pirâmide global também são marcados pelo gênero. Hoje, milhões de mulheres negras e imigrantes são empregadas como cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Muitas vezes sem documentação e distantes da família, elas são simultaneamente exploradas e expropriadas – forçadas a trabalhos precários e mal remunerados, privadas de direitos e sujeitas a abusos de todo tipo. Forjada por cadeias globais de cuidado, sua opressão possibilita melhores condições para as mulheres mais privilegiadas, que evitam (parte) do trabalho doméstico e perseguem carreiras exigentes. Como é irônico, portanto, que algumas dessas mulheres privilegiadas invoquem os direitos das mulheres para dar apoio a campanhas políticas pelo encarceramento de estupradores negros, perseguição de imigrantes e pessoas de origem muçulmana e para exigir que mulheres negras e muçulmanas assimilem a cultura dominante!

A verdade é que o racismo, o imperialismo e o etnonacionalismo são escoras fundamentais para a misoginia *generalizada*



e o controle dos corpos de *todas* as mulheres. Como seu funcionamento fere a *todas* nós, todas nós precisamos combatê-lo com unhas e dentes. No entanto, as proclamações abstratas de sororidade global são contraproducentes. Tratando do que é verdadeiramente o objetivo de um processo político como se fosse dado desde o princípio, elas transmitem a falsa impressão de homogeneidade. A verdade é que, embora todas sofremos a opressão misógina na sociedade capitalista, nossa opressão assume diferentes formas. Nem sempre perceptíveis de imediato, as associações entre essas formas de opressão devem ser reveladas no âmbito político – isto é, por meio de esforços conscientes de construção da solidariedade. Apenas dessa maneira, pela luta na e por meio da diversidade, podemos alcançar o poder coletivo de que precisamos se temos a esperança de transformar a sociedade.